

# Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX

(Anaphoric Third Person Direct Objects in letters written by renowned Brazilians in the nineteenth century)

Carolina de La Vega Soledade<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

carolinasoledade@hotmail.com

**Abstract:** This article describes and analyzes anaphoric direct object in synchronic *corpus* which consists of letters written by renowned Brazilians in the nineteenth century. The aim is to register the variation pattern of this variable in order to analyse the decrease of the use of accusative clitic and its subsequent replacement by the null object, which was already registered in Brazilian Portuguese..

**Keywords:** Accusative Clitic; Brazilian Portuguese; Null Object.

**Resumo:** Este artigo descreve e analisa as realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em *corpus* sincrônico constituído por cartas escritas por brasileiros ilustres no século XIX. O objetivo é registrar o padrão de variação dessa variável tendo em vista a diminuição do uso do clítico acusativo e sua consequente substituição pelo objeto nulo já registrada no português brasileiro.

**Palavras chave:** Clítico Acusativo; Português Brasileiro; Objeto Nulo.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar em caráter sincrônico a variação nas realizações do objeto direto em representação anafórica. Serão analisadas estruturas simples e complexas em *corpus* composto por cartas escritas no século XIX por brasileiros considerados ilustres, ou seja, personalidades que ocupavam posição de prestígio na hierarquia social e política do Brasil no século em questão. A pesquisa que deu origem a este trabalho está integrada em um projeto maior que busca traçar o caminho percorrido pelo português falado no Brasil, no âmbito da sintaxe, nas diversas esferas sociais, a fim de descrever uma gramática que, segundo Tarallo (1993), desde o século XIX, começa a seguir seu próprio caminho afastando-se da matriz europeia, que a originou. O modelo teórico que norteia este estudo é a Teoria da Variação e Mudança, uma das teorias de análise do campo da Sociolinguística, aliada aos postulados da gramática gerativa, mais precisamente à Teoria de Princípios e Parâmetros.

A seção “Fundamentação teórico-metodológica”, seguinte a esta introdução, é dedicada a uma breve exposição da teoria e da metodologia na qual está sedimentada esta pesquisa, a variação paramétrica. Na seção “O objeto direto anafórico no português”, apresento os dados e resultados encontrados. Por fim, nas Considerações finais, apresento as conclusões a que os resultados me levaram.

## Fundamentação teórico-metodológica

Nesta seção, exponho o modelo teórico e metodológico que norteou a pesquisa aqui empreendida.

### A variação paramétrica

Partindo da análise de quatro mudanças sintáticas já atestadas no português brasileiro (PB), a saber: a reorganização do sistema pronominal, que teve como principais consequências a implementação de objetos nulos e o aumento na frequência de sujeitos lexicais; a mudança nas estratégias de relativização — as relativas são geradas, no PB, sem a aplicação da regra de Movimento sobre pronomes relativos e com a aplicação de uma regra de retenção ou apagamento de pronome responsável pelas relativas resumptivas e cortadoras; os padrões sentenciais em perguntas e respostas; e, por fim, a reorganização dos padrões sentenciais básicos, a partir do qual a gramática do português brasileiro se caracteriza por uma ordem SVO rígida, Tarallo (1993) propõe-se a delinear as bases linguísticas em torno das quais estaria centrada a discussão acerca de uma possível gramática brasileira que, a partir do século XIX, já apresentava expressivas diferenças estruturais com relação à gramática do português europeu (PE).

A fim de sistematizar a distinção entre PB e PE, Tarallo (1987) propõe a sociolinguística paramétrica (ou variação paramétrica). Para a elucidação dessa hipótese, faz-se necessário recorrer à Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), desenvolvida no interior do gerativismo chopiniano, e à Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), remanescente dos estudos de Labov em Martha's Vineyard e Nova York, juntamente com a pesquisa de Herzog sobre o iídiche no norte da Polônia e o trabalho de Weinreich no Language and Culture Atlas of Ashkenazic Jewry, que serviram de base empírica para essa nova tentativa de teorização orientada para a mudança.

A primeira teoria postula a existência de uma gramática universal (GU)<sup>1</sup> constituída por dois princípios básicos: primeiramente, todas as línguas apresentam certas características que são rígidas, universais e invariáveis, os chamados princípios. No entanto, também apresentam parâmetros, que são mais abertos, pois admitem variações podendo ser a eles atribuídos valores [+] ou [-] se determinada língua segui-los ou não. Estes são os responsáveis pelas diferentes línguas humanas. Desse modo, se uma comunidade fixa pelo menos um parâmetro de maneira distinta de outra, tem-se gramáticas distintas que poderão, conforme Galves (1998), produzir enunciados diferentes ou atribuir estatutos diversos a enunciados aparentemente iguais. A partir dessa concepção, quando ocorre mudança, pressupõe-se que ocorreu alteração na marcação de algum parâmetro.

Estendida a outras áreas da gramática, como a pronominalização, a concordância verbo-nominal, a topicalização, a ordem dos constituintes, etc., esta hipótese tem sido ainda um campo de estudo bastante explorado. Busca-se uma caracterização da variedade falada no Brasil, distinta daquela falada em Portugal, acreditando que, ainda que representem a mesma língua, carregam consigo gramáticas distintas.

---

<sup>1</sup> Já está fixado que, para a teoria gerativa, a linguagem seria uma capacidade inata do ser humano, ou seja, algo relacionado à herança genética de todo indivíduo, portanto, uma faculdade. Postula-se a existência de uma Gramática Universal (GU), um estágio inicial da gramática comum à mente de todo indivíduo recém-nascido que o possibilita articular a língua de acordo com o *inputs* dos dados a que será exposto. A depender desses dados, cada indivíduo adquire sua gramática. O desenvolvimento da GU em interação com o meio social de aquisição da linguagem vai determinar a existência de uma gramática particular a cada indivíduo.

De acordo com a Teoria da Variação e Mudança (ou Sociolinguística Variacionista), qualquer mudança linguística, antes de ser confirmada, pressupõe um momento anterior de variação entre as formas variantes. Em outras palavras, observa-se a coexistência de mais de uma forma linguística com o mesmo correspondente semântico. No texto “Empirical Foundations for a Theory of Language Change” foram lançadas as bases teóricas da variação e da mudança, entendendo esta como uma consequência daquela, ainda que o contrário não ocorra necessariamente, ou seja, nem toda variação significa mudança posterior. Pela primeira vez estão reunidos os clássicos cinco problemas da mudança: o problema das restrições (*constranges problema*), o problema da transição (*transition problem*), o problema do encaixamento (*embedding problem*), o problema da avaliação (*evaluation problem*) e o problema da implementação (*actuation problem*). Neste trabalho, será considerado mais especificamente o problema das restrições, que se ocupa do estabelecimento das condições que favorecem ou restringem as mudanças, e, por conseguinte, qual o conjunto e mudanças possíveis.

Fernando Tarallo, em 1987, propõe a sociolinguística paramétrica destacando a compatibilidade entre o modelo laboviano e esta vertente da teoria gerativa de Chomsky através da noção de complementaridade, em que uma teoria supriria as lacunas da outra. No caso em questão busca-se na Sociolinguística a importância dos contextos sociais na variação linguística e complementarmente se busca na teoria gerativa a descrição de fatos estruturais/gramaticais. Os resultados de análises variacionistas serviriam à observação de parâmetros já fixados ou contribuiriam com a fixação de novos. Isso não significa que uma teoria esteja a “tapar os buracos da outra”, antes, as duas teorias apresentam lacunas que os pressupostos da outra podem auxiliar a completar sem que nenhuma perca sua identidade e sua proposta, permanecendo ileso como antes da compatibilização.

## O objeto direto anafórico no português

Os trabalhos de Duarte (1986), Freire (2000), Cyrino (1997), entre outros, apontam que PB e PE caminham em direções opostas no tocante ao estabelecimento dos parâmetros de sujeito e de objeto nulo. Se o PE apresenta forte marcação para o sujeito nulo, o PB apresenta quantidade relativamente elevada de preenchimento de sujeito ao ponto de ser atualmente considerada uma língua parcialmente *pro-drop*.<sup>2</sup> Em contrapartida, se o PE preenche categoricamente o objeto direto retomado anaforicamente, principalmente através do clítico acusativo, salvo em contextos de antecedente sentencial ou predicativo, o PB apresenta em larga escala a substituição da representação física do objeto direto de retomada anafórica pelo objeto nulo<sup>3</sup> (daqui pra frente ON e definido como uma posição de objeto que se apresenta foneticamente nula). Essa relação exemplifica a hipótese de Galves (1998),

<sup>2</sup> Uma língua *pro-drop*, como exposto acima, apresenta marcação positiva para o parâmetro do sujeito nulo (línguas que não representam foneticamente os sujeitos anafóricos com referencia definida no discurso). Por apresentar casos de ocorrência de sujeito expresso em contextos onde não ocorre em outras línguas com avaliação [+ ] para o parâmetro *pro-drop*, o PB já é classificado como uma língua parcialmente *pro-drop*.

<sup>3</sup> Os trabalhos citados acima vão ainda mais além e indicam a perda do clítico acusativo de terceira pessoa é um fato praticamente consumado na língua oral, independentemente da escolaridade, da faixa etária e do gênero do falante, ocorrendo em seu lugar outras formas de representação do acusativo anafórico, como o uso do pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), de SNs anafóricos (forma plena do SN CO-referente com outro SN previamente mencionado) ou de uma categoria vazia (objeto nulo), sendo esta última a estratégia mais frequente.

também de Cyrino (1997), para a existência de gramáticas distintas no Brasil e em Portugal, tendo o objeto direto como determinante na marcação de outro parâmetro.

Nesta perspectiva, a análise variacionista do trabalho de Duarte (1986), centrada na língua culta oral, constata a emergência gradativa de construções com o objeto nulo em oposição ao declínio do clítico acusativo. Posteriormente, Cyrino (1997), observando o fenômeno em *corpus* diacrônico composto por peças teatrais escritas entre o século XVI e XX, registra o aumento gradativo de ocorrências da posição vazia através de cinco séculos. Fica empiricamente comprovada a possibilidade de objetos nulos no PB desde o século XVI, inicialmente em contexto restrito, mas ocorrendo livremente em épocas posteriores, com aumento registrado a partir do século XIX, quando outras formas pronominais se tornaram menos frequentes. A pesquisa mostra que os clíticos de terceira pessoa são os que apresentam maior grau de desaparecimento: os que retomam um SN chegam ao índice insignificante de 4% na segunda metade do século XX, enquanto o que retoma uma proposição já nem aparece entre os dados da primeira metade desse mesmo século. Essa perda dos clíticos de terceira pessoa teria propiciado o esvaziamento da posição do objeto e, em menor escala, a ocorrência do pronome tônico em função objetiva já a partir do século XIX, o qual se acentuou ao longo do século seguinte.

A autora questiona o que teria levado o falante desde o século XVIII a escolher a categoria nula em lugar do uso de um clítico e aponta como um possível fator não-sintático determinante o componente fonológico. Já que as duas estruturas são permitidas pela gramática, não haveria por que utilizar o clítico neutro se é possível dizer o mesmo através da elipse. No nível sintático, Cyrino (1997) aponta o aumento das estruturas de elipse sentencial com verbos proposicionais como o fator que levou à emergência do objeto nulo no PB como estrutura de reconstrução de DP/NP, quando o antecedente é [+específico/referencial, -animado]. As ocorrências com referentes SN [+animado/+humano] ainda demonstrariam certa resistência. É importante lembrar que o português europeu apresenta um comportamento bastante conservador no tocante ao uso do clítico sendo o contexto de “ilhas sintáticas”<sup>4</sup> e o traço [+animado] do antecedente um dos mais fortes contextos de resistência à realização do ON.

A motivação para a pesquisa aqui empreendida está nos resultados de Kato, Duarte, Cyrino e Berlink (2006), que observam a ocorrência do objeto nulo, inclusive em contextos de antecedente [+animado], em peças teatrais de escritores cariocas do século XIX, revelando-nos a preferência imediata pela categoria nula ao uso do clítico acusativo, o que pode sugerir um distanciamento da gramática do português europeu, que, segundo Freire (2005), apresenta um comportamento bastante conservador quanto ao uso do clítico. O objetivo aqui é observar a escrita de personalidades ilustres do mesmo século e verificar até que ponto a força da norma, mais próxima do padrão lusitano, se fez presente em um momento tão decisivo na formação da gramática do português falado no Brasil. Mais especificamente, pretende-se observar o comportamento do objeto direto anafórico e um possível aumento na frequência de uso do objeto nulo na escrita de ilustres no século XIX. Os principais contextos de restrição já apontados serão o foco desta análise.

---

<sup>4</sup> Ilhas sintáticas são contextos dos quais não se pode extrair um constituinte e movê-lo para uma posição periférica da sentença. Trata-se das orações completivas de nome, das relativas e das adjuntas (ou adverbiais).

## Metodologia e análise

No âmbito geral da pesquisa, foram levados em consideração 16 grupos de fatores, mas destacarei aqui apenas: (1) a forma do verbo (tempo e modo) que seleciona o objeto direto anafórico (ODA); (2) a função sintática do antecedente; (3) o contexto sintático da oração em que ocorre o objeto direto anafórico; (4) o traço semântico do referente e (5) o traço de referencialidade do antecedente.

## Os dados

O *corpus* analisado é composto por 18 cartas escritas por ilustres e enviadas a Rui Barbosa no fim do século XIX. A amostra consta de 84 dados que foram codificados e submetidos ao pacote de programas Varbrul (PINTZUK, 1988).

Foi considerado anafórico o objeto direto co-referencial, ou seja, que encontra referência definida no discurso. Observem-se os exemplos (que foram transcritos preservando a ortografia do autor):

- (1) Não te remetto o manifesto do Prudente, porque naturalmente terá sido enviado para ahi e com certeza terás lido  $\emptyset$ . (carta 6, Carlos)
- (2) Recebi a tua carta de 13 de Fevereiro. Logo que recebi tua carta, procurei o Bijuca para entregar a carta de Carlito, [...] (carta 9, Carlos)
- (3) Mandei procurar muitas veses o tal Conde, para te pagar os 15 contos, te afianço que esse canalha paga, espero ate o fim do mês *isto*. (carta 5, C.)

O que se observa neste trabalho é a variação nas realizações do objeto direto anafórico e a possível substituição do clítico acusativo de terceira pessoa pelo uso da categoria vazia. Logo, a variável considerada dependente foi o tipo de estratégia de realização do acusativo anafórico: clítico, pronome lexical, SN anafórico, pronome demonstrativo e objeto nulo. Para a identificação da variável, usou-se como critério a possibilidade de substituição do objeto direto anafórico por um clítico acusativo. Seguem exemplos das variantes candidatas à realização da variável:

### a. Pronome clítico:

- (4) Fui procurar hoje o M. afim de lhe falar sobre a carta de credito para uma casa comercial, não  $\emptyset$ , encontrei, [...] (carta 10, Carlos)

### b. SN:

- (5) Tenho-me admirado até, como n'estes últimos dias, o nome do Quintino, surgiu á tona com um certo ar triumphal, [...] hontem na rua do ouvidor, não se podia abordar *o nosso amigo*, tão rodeado andava elle, [...] (carta 12, Luis de Andrade)

### c. Pronome demonstrativo:

- (6) o contrato não tem disposição que obrigue a Sociedade a ter aparelhos para a extinção de incendio, no entanto determinou que os tenha de jeito que o pessoal da fabrica possa lançar mão. Diz a fiscalisação que communicou *isto* á Sociedade; mas nao diz [...] (carta 2, Antonio Limpo de Abreu)

d. (d) Objeto nulo:

- (7) Não te remetto o manifesto do Prudente, porque naturalmente terá sido enviado para ahi e com certeza terás lido o. (carta 6, Carlos)

## Resultados

Nesta seção, apresento a análise dos resultados encontrados de acordo com os objetivos tencionados e apresentados no início do artigo.

Abaixo, uma tabela com a distribuição geral das variantes:

**Tabela 1: Distribuição das variantes**

Variantes	Ocorrências
Clítico	40/84 (48%)
SN	5/84 (6%)
Pronome dem.	7/85 (8%)
Objeto Nulo	32/84 (38%)

Como podemos observar, de modo geral, o clítico ainda é a opção preferida como retomada do objeto direto na escrita de ilustres tendo sido computadas 40 ocorrências registrando 48% dos dados. No entanto, o objeto nulo não aparece tímido, registrando 32 ocorrências de um total de 84 dados (38%), ao contrário do que demonstram os números correspondentes às outras variantes.

Observemos na tabela (2), abaixo, a distribuição das variantes de acordo com a forma do verbo (tempo e modo) que seleciona o ODA. Duarte (1986) verificou que são as formas simples do presente e do passado, e principalmente as formas verbais compostas com infinitivo, as que ainda abrigam o clítico acusativo. Mais além, os resultados de Freire (2000) apontam na fala culta do PB a ênclise ao infinitivo como o único contexto de ocorrência dessa variante considerada a padrão. Segue a tabela:

**Tabela 2: Distribuição das ocorrências de acordo com a forma (tempo/modo) verbal**

Condicionamento	Clítico		SN		Pron. dem.		Objeto nulo		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Formas verbais										
Indicativo	21	55	3	8	4	11	10	26	38	100
Subj./Imp.	5	45	1	9	2	18	3	27	11	100
Infinitivo simples	12	57	0	0	0	0	9	43	21	100
Gerúndio simples	1	33	0	0	0	0	2	67	3	100
Locução (infinitivo)	0	0	1	25	1	25	2	50	4	100
Locução (gerúndio)	0	0	0	0	0	0	1	100	1	100
Locução (participio)	1	17	0	0	0	0	5	83	6	100

Os números acima corroboram em parte os de Duarte (1986) e Freire (2000) na medida em que apontam a forma simples com infinitivo, exemplificada em (08), como aquela em que o clítico tem maior expressão, apresentando percentual de 57%, ou seja, mais da metade do total de ocorrências. Quanto às formas complexas com infinitivo, das 4 ocorrências, 2, portanto 50%, são de objeto nulo, conforme (09), estando os outros

50% divididos entre o SN e o pronome demonstrativo (cada um quantificando um dado demonstrado em (10) e (11)).

- (08) [...] estamos tratando de procurar o Jose Lucas<sub>i</sub> para soltar-o<sub>p</sub>, coitado, [...] (carta 6, Carlos)
- (09) [...] remete-me tudo, alguns li, outros tenho apenas noticia, o affecto que esta produzirá<sub>i</sub>, será enorme, não podes avaliar  $\phi_i$  (carta 7, Carlos)
- (10) Tenho-me admirado até, como n'estes ultimos dias, o nome do Quintino<sub>i</sub>, surgiu á tona com um certo ar triumphal, e com o apoio mesmo da maioria da classe militar. Hontem na rua do ouvidor, não se podia abordar o *nosso amigo*<sub>p</sub>, tão rodeado andava elle, [...] (carta 12, Luis de Andrade)
- (11) parece-me tenho mesmo certeza que muita gente deseja vel-o aqui, porque motivo, qual a rasão para te conservares muído no Senado|não posso admittir *isto*<sub>p</sub>, a tua posição deve ser ao contrario, [...] (carta 8, Carlos)

O clítico também é preferido entre as outras formas nos contextos dos modos Indicativo e Subjuntivo/Imperativo, para os quais temos respectivamente percentuais de 55% e 45%, demonstrados em (12) e (13). O SN e o pronome demonstrativo aparecem mais concentrados no modo Indicativo, como em (14) e (15).

- (12) Nao te remetto os jornaes<sub>i</sub> porque estava convencido que ahi *os*<sub>i</sub> tinha facilmente, porem se te demorares, eu me encarrego disso. (carta 8, Carlos)
- (13) Como passão todos os seus filhos<sub>i</sub>, beije-*os*<sub>i</sub> e abrace-*os*<sub>i</sub> (?) por mim. (carta 8, Carlos (Annicota))
- (14) Recebi a tua carta<sub>i</sub> de 13 de Fevereiro. Logo que recebi *tua carta*<sub>i</sub>, procurei o Bijuca para entregar a carta de Carlito, [...] (carta 9, Carlos)
- (15) Filgueiras(?) é teo amigo, o que elle quer é não perder o logar de Deputado, já lhe disse *isto*, [...] (carta 8, Carlos)

Passemos agora à distribuição das variantes de acordo com o tipo sintático da oração em que ocorre o objeto direto anafórico. Raposo (1986) inicialmente constatou que o objeto nulo, no PE, obedeceria às restrições de “ilhas sintáticas” não ocorrendo em orações completivas nominais, relativas e adjuntas. Os trabalhos de Cyrino (1997) e Galves (1998), corroborados pelos de Freire (2005) e Marafoni (2004), centrados no português falado, apontam que o objeto nulo não sofre a mesma restrição no PB, visto que pode ocorrer livremente em qualquer contexto sintático. Segue a tabela relacionando a variável ao tipo de oração em que ela ocorre.

**Tabela 3: Distribuição das variantes de acordo com o tipo sintático da oração**

Condicionamento	Clítico		SN		Pron. dem.		Objeto nulo		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Tipo de oração										
Raiz	9	50	2	11	1	6	6	33	18	100
Adjunta	10	50	1	5	2	10	7	35	20	100
Compl. de verbo (função de sujeito)	2	33	0	0	1	17	3	50	6	100
Compl. de verbo (função de objeto)	6	35	0	0	1	6	10	59	17	100
Completiva de nome	3	100	0	0	0	0	0	0	3	100
Relativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coordenada	10	50	2	10	2	10	6	30	20	100

Como nos mostram os números, não são registradas ocorrências da variável em orações completivas de nome e relativas, todavia a variante ON está presente em 35% das orações adjuntas conforme demonstra o exemplo (16). Esses resultados nos levam a inferir que os contextos de ilhas sintáticas não oferecem resistência ao ON no PB.

- (16) Resigna-te: consola-te; e trabalha com mais ardor, si poderes  $\emptyset$ , para honrar a memoria daquela que tanto ti amou, e que, ora na mansão dos justos, bem ao pé de Deus, a Elle roga fervorosamente por teu bem. (carta 18, Abílio) Ainda no âmbito da sintaxe, um outro fator que se faz relevante e licencioso o objeto nulo é a função sintática do antecedente retomado. Os primeiros trabalhos que observaram a substituição do clítico acusativo pelo objeto nulo (DUARTE, 1986; CYRINO, 1997, entre outros) apontaram o antecedente com a mesma função como um contexto favorecedor da categoria vazia. Marafoni (2004) observou que essa estratégia ganha espaço no PB oral mesmo quando seu antecedente exerce função sintática diferente da de objeto direto. No entanto, segundo Kato e Raposo (2001), o objeto nulo no português sofre restrições quando o antecedente se encontra em uma posição argumental com função de sujeito. Os dados aqui analisados seguem distribuídos na tabela abaixo:

**Tabela 4: Distribuição das variantes de acordo com a função sintática do antecedente**

	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo	Total
Objeto direto	8 (36%)	2 (9%)	0 (0%)	12 (55%)	22
Predicativo	1 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (67%)	3
Complemento nominal	9 (75%)	2 (17%)	0 (0%)	1 (8%)	12
Adjunto	8 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	8
Sujeito	11 (73%)	1 (7%)	0 (0%)	3 (20%)	15
Tópico estrutural	2 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (67%)	6
Total	39 (59%)	5 (8%)	0 (0%)	22 (33%)	66

A tabela nos mostra que, de fato, a função do antecedente igual, ou seja, de objeto direto, é favorecedor da categoria vazia conforme o exemplo (17) correspondendo a 55% das ocorrências. A função de predicativo, demonstrada em (18), apresentou alto índice de ocorrência dessa variante (67%). Considerando a diacronia de Cyrino (1997), desde o século XVI os contextos oracionais e predicativos apresentam variação entre o uso do clítico e do objeto nulo, passando este último a generalizar-se na variedade brasileira, a partir do século XIX. Quanto à função de sujeito (19), apontada por Raposo (1986) como restrição ao ON, a porcentagem de clíticos é bastante superior à de objeto nulo (73% e 20%), mas os casos registrados nos apontam que a função de sujeito não oferece resistência ao ON.

- (17) se Você tem a relação dos títulos, sera muito bom que me mandes  $\emptyset$ , já ou ao Carlito [...] (carta 9, Carlos)
- (18) A escala móvel ficou sendo uma burla, como ficou sendo  $\emptyset$ , até agora a construção das fabricas do 1° e 2° distritos, [...] (carta 1, Antonio Limpo de Abreu)
- (19) O Amaral, tem estado muito doente desde a sua partida, [...] os poucos meses que  $\emptyset$  vejo, pergunta-me com muito interesse por todos Vs. (carta 10, Carlos.)

Um importante critério semântico de análise a ser considerado, por configurar em praticamente todas as pesquisas citadas como um fator forte de restrição à categoria vazia

no PB, é o traço semântico do antecedente retomado pelo objeto direto anafórico. Cyrino (1997) e Duarte (1986) apontam o estatuto proposicional ou oracional do antecedente como sendo favorecedor da variante objeto nulo, seguido pelo traço [-animado] do antecedente. O traço [+animado] do antecedente, ao contrário, corresponde a um fator de resistência à categoria vazia na retomada do objeto direto.

**Tabela 5: Distribuição das variantes de acordo com a animacidade do antecedente**

Traço do ref.	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo
[+animado]	22 (55%)	2 (40%)	0 (0%)	6 (19%)
[-animado]	18 (45%)	3 (60%)	7 (100%)	26 (81%)
Total	40 (100%)	5 (100%)	7 (100%)	32 (100%)

A tabela aponta o traço [-animado] como favorecedor da variante nula, computando 81% das ocorrências. Devo esclarecer aqui que o número tão elevado de ON nesse contexto se deve aos antecedentes oracionais, que, conforme já apontado em Cyrino (1997) e confirmado com a escala de referencialidade de Cyrino, Duarte e Kato (2000), são os mais favoráveis a uma mudança em direção a uma categoria nula. Ainda assim, superando as expectativas, são registradas 6 (19%) ocorrências de ON retomando antecedente [+animado] conforme (20), (21) e (22). Marafoni (2004), analisando a fala carioca dos anos 1980 e 2000 em um estudo de painel, corrobora o resultado ao constatar que, aparentemente, essa restrição estaria se enfraquecendo.

- (20) “sobre o tal credito que desejavas do M. mandei dias depois que recebi tua única carta uma pessoa, a elle lhe fallar nisso, promptamente disse que sim e que me mandaria resposta, tendo-se demorado, mandei  $\emptyset_i$  novamente lá, isto tantas vezes sem obter resposta e até hoje nada, [...]” (carta 5, Carlos)
- (21) “quando vierem, tragão as meninas, basta o Ruysinho e [inint.] se vier não(?) será a causa de muitas saudades, não aumento(?) o teu sofrimento, se tivessem ahi uma pessoa de confiança, que os vigiasse de perto, bem, mais não tendo  $\emptyset_j$ , entendo que de modo algum devem ficar, se fizerem isto estou certo que Você e a Senhora em pouco tempo se arrependirá [...]” (carta 8, Carlos)
- (22) “o Mané(?), Você não ignora  $\emptyset_j$ , não conheço canalha maior, tudo fará para que Você não sobresahia, em todo caso veremos mais para adiante.” (carta 6, Carlos)

Por fim, analisemos o traço de referencialidade do antecedente levando em consideração a escala de proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000). De acordo com as autoras, um processo de mudança em direção a uma categoria vazia (um pronome nulo) começaria pelos itens menos referenciais. É proposta, então, uma hierarquia de referencialidade, em que argumentos [+N, +humano] ocupam o extremo mais alto da hierarquia referencial e os não-argumentos, no extremo mais baixo. Entre os extremos estão os argumentos de traço [-humano] e as proposições. Abaixo, os números dessa amostra:

**Tabela 6: Distribuição das variantes de acordo com o traço de referencialidade**

	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo	Total
[+específico/+referencial]	23 (64%)	4 (11%)	0 (0%)	9 (25%)	36
[-específico/+referencial]	7 (41%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (59%)	17
[+genérico]	6 (69%)	1 (8%)	0 (0%)	3 (23%)	13
[Proposição]	1 (6%)	0 (0%)	7 (39%)	10 (56%)	18
Total	40 (48%)	5 (6%)	7 (8%)	32 (38%)	84

Já na primeira linha da tabela verifica-se a validade da aplicação da escala de referencialidade na medida em que os antecedentes mais específicos, como no exemplo (23), são preferencialmente retomados por clíticos com apenas a quarta parte das ocorrências correspondendo ao ON (25%). Na última linha, representando o extremo oposto da escala, observamos que a categoria nula (10/56%) concorre com o uso do pronome demonstrativo neutro *isso* (7/39%), o que pode indicar ainda a preferência à realização fonológica da variável em questão, conforme os exemplos (24) e (25).

(23) [...] estamos tratando de procurar o Jose Lucas<sub>i</sub> para soltal-*o*<sub>r</sub> coitado, [...] (carta 6, Carlos)

(24) na ultima carta que te escrevi pedi que me digas qual a tua resolução a respeito, desejo ansiosamente saber *o*<sub>r</sub>, [...] (carta 7, Carlos)

(25) Mandei procurar muitas veses o tal Conde, para te pagar os 15 contos, te afianço que esse canalha paga, espero ate o fim do mês *isto*<sub>r</sub>. (carta 5, Carlos)

## Considerações finais

Os resultados desta pesquisa cumprem seu dever ao confirmarem resultados anteriores e corroborar a tese de que PB e PE constituem gramáticas distintas. O objeto direto nulo, na língua escrita do século XIX, não se apresenta tão expoente quanto o observado por Kato, Duarte, Cyrino e Berlink (2006) na fala popular do mesmo século. Apesar de o número de objetos nulos não superar o número de clíticos na amostra, os dados nos mostram a fragilidade das restrições constatadas para o português europeu quando aplicadas ao português brasileiro. Dentre os contextos analisados, o que demonstrou certa resistência foi o traço [+animado] do antecedente, também corroborando os resultados de pesquisas anteriores mencionados na seção “O objeto direto anafórico no português”. A norma tem força, mas as línguas naturalmente mudam e o quadro apresentado aqui nos sugere um momento de variação na estrutura sintática da língua caminhando em direção a uma mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, N. *Lectures on government and bidding*. Dordrecht: Forris, 1981.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 163-184.

\_\_\_\_\_. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.

\_\_\_\_\_, DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2000. p. 55- 71.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). PUCSP, São Paulo.

FREIRE, G. C. *Os Clíticos de Terceira Pessoa e as Estratégias para sua Substituição na Fala*. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 2005. 204p. Tese. Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

GALVES, C. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, v. 1, p. 79-96, 1998.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S.; BERLINK, R. A. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística no Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 413-438.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. In: CORREIA, Clara Nunes; GONÇALVES, Anabela (Orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2001, p. 673-684.

MARAFONI, R. L. *A Realização do objeto direto anafórico: um estudo em tempo real de curta duração*. Rio de Janeiro. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PINTZUK, S. *VARBRUL programs*. University of Michigan: Michigan, 1988.

RAPOSO, E. P. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; CORVALAN, C. S. (Eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht - Holland/ Riverton - USA, Foris Publications, 1986. p. 373-387.

TARALLO, F. Por uma Sociolinguística Românica “Paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaio de Linguística, cidade?*, v. 7, n.13, p. 51-83, 1987.

\_\_\_\_\_. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar no final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 69-105.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcus Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. Posfácio de Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.